



INSTITUIÇÃO
DE UTILIDADE
PÚBLICA

LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E CORPOS DE BOMBEIROS

FUNDADA EM 18 DE AGOSTO DE 1930 • LEGALIZADA POR PORTARIA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DE 30-5-1932 • DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE, N.º 129 DE 4-6-1932
FEDERADA NO "COMITÉ TECHNIQUE INTERNATIONAL DE LA PRÉVENTION ET DE L'EXTINCTION DU FEU" • MEMBRO DA "NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION"

Comendador da Ordem de Benemerência – 1935
Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo – 1980
Membro Honorário da Ordem da Liberdade – 2008
Prémio Direitos Humanos – 2008

Moção

Considerando que:

- A Liga dos Bombeiros Portugueses foi convidada a pronunciar-se sobre dois documentos produzidos pela AGIF, denominados de Planos Nacionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Estratégia 20.30;
- Os referidos documentos são objeto de consulta pública até ao dia 6 de fevereiro de 2020;
- A solicitação da AGIF, a LBP recebeu em audiência os responsáveis da Agência a quem manifestou frontalmente discordância genérica sobre estes documentos, e de posteriormente dar uma opinião pormenorizada e fundamentada por escrito sobre as matérias em questão;
- Como sequencia desta primeira análise, enviámos a todas as Federações, Associação e Comandos de CB, os referidos documentos, solicitando uma análise cuidada sobre estes assuntos, que em nosso entender, contem matérias muito sensíveis para os Bombeiros Portugueses, podendo vir a comprometer o seu futuro enquanto principal agente de proteção civil em Portugal;

Assim, face a todas estas questões, o Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses aprovou a seguinte proposta:

1. Solicitar a todas as Federações, Associações e Comandos para que contribuam decisivamente com as suas posições para uma decisão coletiva;
2. Independentemente destes documentos estarem em consulta pública, e cada um poder responder *de per si*, é importante que cada Associação, cada Comando, cada Federação possa e deva proceder a uma análise cuidada e aprofundada sobre as matérias constantes dos documentos, nomeadamente quanto:
 - a. Regionalização através das CIM NUT II;
 - b. Intermunicipalização através das NUT III;
 - c. Revisão do Sistema Integrado de Operações de Socorro;

- d. Revisão do Sistema de Gestão de Operações;
 - e. Análise quanto às funções do Comando de Operações de Socorro - CDOS;
 - f. O Sistema de Avaliação de Qualificações;
 - g. Quais as funções que estão reservadas aos Bombeiros voluntários
 - i. Combate aos fogos rurais ou urbanos e periféricos?
3. Depois de recolher todas as opiniões, o Conselho Executivo produzirá um documento a apresentar à reunião do Conselho das Federações para análise e proposta, e ser presente a Conselho Nacional para decisão final.

Lisboa, 27 de Dezembro de 2019

O Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses